

## **Realizações da Administração no Ano de 2024**

### **1. Parcerias**

#### **Aumento e Estruturação do Parque Tecnológico da Defensoria Pública**

A Defensoria Pública, por meio de emendas parlamentares, conseguiu parcerias fundamentais para aumentar e estruturar os setores do Parque Tecnológico. Este investimento permitiu a modernização dos sistemas de atendimento ao público, a integração de novas ferramentas de gestão de processos e a implementação de tecnologias de inteligência artificial para a análise jurídica, resultando em um atendimento mais eficiente e eficaz aos assistidos.

#### **Estruturação do NUDEM com Parcerias do SENAPPEN**

Através de parcerias com o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SENAPPEN), a Defensoria Pública adquiriu dois veículos destinados ao Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM). Estes veículos são essenciais para proporcionar um atendimento móvel e ágil às mulheres vítimas de violência doméstica, permitindo que a Defensoria chegue a locais de difícil acesso e preste assistência jurídica e social imediata.

#### **Investimento na Ouvidoria Externa**

A Defensoria Pública investiu na estrutura da Ouvidoria Externa com a aquisição de um carro institucional. Este investimento é crucial para atender às demandas das comunidades da sociedade civil organizada, permitindo que a Ouvidoria tenha maior mobilidade para visitar comunidades, ouvir suas demandas e promover uma interação direta e efetiva com os cidadãos, garantindo a defesa de seus direitos.

### **2. Estruturação e Implementação do Quadro de Pessoal**

A Defensoria Pública do Estado implementou a estruturação do quadro de pessoal dos serviços auxiliares, resultando em uma administração mais organizada e eficiente. Este movimento garantiu a contratação de profissionais qualificados para suporte administrativo e técnico, melhorando a prestação de serviços e a capacidade de atendimento da instituição.

### **3. Posse e Nomeação de Novos Defensores Públicos**

No ano de 2024, foram empossados quatro novos Defensores Públicos: Thiago de Ricco, Priscila Coelho, Bruno Callou e Mariana Colatino. A nomeação desses profissionais representa um reforço significativo para a equipe da Defensoria Pública, ampliando sua capacidade de atuação e atendimento à população, especialmente nas áreas de maior demanda.

### **4. Criação e Estruturação do NUDEPS**

Foi criado e estruturado o Núcleo de Defesa dos Profissionais da Segurança Pública da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (NUDEPS). Este núcleo tem como

objetivo prestar assistência jurídica especializada aos profissionais da segurança pública, garantindo a defesa de seus direitos e proporcionando um suporte jurídico adequado em questões relacionadas ao exercício de suas funções.

## **5. Política de Valorização da Maternidade e da Amamentação**

A Defensoria Pública implementou uma política de valorização da maternidade e da amamentação, além da proteção da primeira infância. Esta política inclui a criação de espaços adequados para amamentação e cuidados com bebês nas instalações da Defensoria, além de garantir horários flexíveis e condições de trabalho que respeitem as necessidades das mães defensoras e servidoras.

## **6. Regulamentação do IV Concurso para Defensor Público**

Foi regulamentado o IV Concurso para ingresso na carreira de Defensor(a) Público(a) do Estado de Pernambuco. Esta regulamentação visa garantir um processo seletivo transparente, eficiente e inclusivo, atraindo os melhores profissionais para a carreira de Defensor Público e fortalecendo a instituição.

## **7. Reserva de Vagas em Concursos Públicos**

A Defensoria Pública instituiu a reserva de vagas para pessoas negras, indígenas, com deficiência e/ou trans nos concursos públicos para o provimento de cargos de membros(as) da instituição. Esta medida visa promover a inclusão e a diversidade no quadro de defensores públicos, garantindo representatividade e equidade no acesso às carreiras jurídicas.

## **8. Aumento nas Atividades da Escola Superior da Defensoria Pública**

A Escola Superior da Defensoria Pública intensificou suas atividades, promovendo o direito ao ensino e à formação contínua dos defensores e servidores. Foram oferecidos diversos cursos, workshops e seminários voltados para a atualização e aprimoramento dos conhecimentos jurídicos, além de incentivar a pesquisa e a produção acadêmica no âmbito da Defensoria Pública.